

**Seminário Internacional
Gramsci e os Movimentos Populares**

Inter-referências, inter-histórias dos fascismos – uma leitura do Integralismo brasileiro a partir de Gramsci

Autoria: Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro
Professora Adjunta – História Econômica – Curso de Economia
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR)
Departamento de Fundamentos de Ciência da Sociedade (SFC)

Eixo Temático: Política

Palavras-chave: fascismos; integralismo, Estado

Entre fins do século XIX e o início do século XX, os impactos das mudanças provocadas pelo capitalismo, com suas bases ideológicas que suas estruturas fortaleciam no desapropriar do homem da sua relação de identidade com o trabalho, refletiram sob as “verdades eternas” e criaram dúvidas sobre a “ordem divina da natureza”. A Igreja Católica que havia conseguido consolidar-se em grande parte do mundo ocidental como orientadora da ordem moral, sente-se impactada pela emergência do proletariado, e da sociedade civil, como um todo, na esfera das discussões e da participação política. A emergência do que Gramsci considerou o processo de ocidentalização, provocava a reação do conservadorismo de forma conter as chamadas “questões sociais”.

Nesse limiar o século XX, na esteira das “grandes transformações”, a sociedade brasileira, inquieta, vivenciava o ainda inicial processo de sua ocidentalização. Nestes primeiros tempos de República, o Brasil lentamente se industrializava, acompanhando a condução da economia cafeeira que contribuía para o desenvolvimento da vida urbana, com suas conseqüentes necessidades¹. O ambiente da cidade requeria maior envolvimento, mesmo que inconsciente, do cidadão na divisão dos espaços de atuação política. As relações de poder, no Estado² brasileiro que se organizava, em suas conexões múltiplas e intercambiáveis, eram conflituosas.

Cabe ressaltar que o período entre as duas guerras mundiais, que concentra a grande crise econômica na “breve” década de 1930, que começa em fins de 1929 e acaba com o início do segundo conflito mundial, em 1939, foi uma época marcada

¹ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

² O Estado aqui, visto como Estado ampliado, a partir do seu entendimento por Antonio Gramsci, e é entendido como relação na qual, em interação dinâmica, articulam-se a estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. O Estado é espaço de disputa da luta de classes, que pressupõe em sua gênese coerção e consenso, *dominação e hegemonia*. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, 6 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

pelos conflitos de idéias. Intelectuais repensavam suas posições em desencanto com as velhas certezas. O autoritarismo e o nacionalismo tornavam-se a tônica dos discursos confundindo-se nas tentativas de tornar coesa a retórica da auto-defesa de cada nação dos novos perigos que a crise capitalista assinalava. Às democracias liberais, dois inimigos se avizinhavam e tornava-se difícil reconhecer qual apresentava maior perigo. A incapacidade de ação e de apoio dessas democracias e das resistências anti-fascistas locais levaram ao poder Hitler e Mussolini pela via constitucional.

Neste momento, alguns setores sociais brasileiros, em suas frações de classe, constituíam aparelhos privados de hegemonia para defenderem seus interesses, no âmbito da sociedade civil³, com vistas a alcançarem a sociedade política. Assim, a sociedade civil brasileira iria ocupando, cada vez mais espaços, que politicamente lhes recusavam anteriormente, principalmente no período colonial e nos primeiros tempos do Império.

No caso brasileiro, embora em precárias articulações, operários, artistas, militares, setores médios urbanos, da classe proprietária rural e da ainda pouco significativa burguesia industrial, ao organizarem-se, sob a direção de seus intelectuais orgânicos⁴, buscavam impor ao restante da população suas concepções de Estado, procurando compor projetos que representassem seus interesses de classe, na disputa pela direção política do país, agora elegível.

No campo, as relações de mandonismo mantinham à margem da participação política a maior parte da população brasileira. A persistência deste quadro, desde os tempos coloniais, com manutenção de um sistema que privava a pequena propriedade e os trabalhadores rurais da possibilidade de defesa de seus interesses, excluindo-os das decisões políticas, num país essencialmente agrário. O fim da escravidão e a sua substituição pelas relações assalariadas, não garantira a “liberdade” cidadã. Como

³ A sociedade civil, como a define Gramsci, é reflexo da complexidade e multiplicidade da sociedade industrial ocidental e caracteriza-se pela diversidade de níveis de conflito que lhe são orgânicos. As diversas frações de classe distintas tentam organizar suas vontades coletivas disputando a hegemonia na sociedade civil, dentro da mesma classe e entre classes. O projeto desses grupos ou classes seria alcançar a sociedade política, tornando-se hegemônicos, ou seja assumindo a direção econômica e ideológica nos aparelhos de Estado. E projetos políticos que visam alcançar a hegemonia não poderiam prescindir de uma reforma intelectual e moral que, por sua vez, não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. A tarefa de compor estratégias, organizar e dirigir caberia a elementos de cada classe ou grupo que se pretende hegemônico e que, ao assimilarem as suas expectativas e perspectivas, desenvolveriam argumentos teóricos em defesa dos seus pontos de vista sócio-cultural-econômicos. Estes seriam seus intelectuais orgânicos. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, op. cit.*

⁴ Para Gramsci, os intelectuais orgânicos são aqueles que, representando os interesses de sua classe, organizam-na em aparelhos privados de hegemonia ou em partidos, como parte da sociedade política, para alcançarem o domínio do Estado. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, op. cit.*

analisou Vitor Nunes Leal, as relações de trabalho e de participação política não se modificaram com a República. Sob o poder dos “coronéis”, o regime representativo ficava “a mercê” dos mandatários do poder local⁵.

A estrutura inadequada para as condições do sistema liberal, como avaliou o jurista e cientista social, pareceria, a muitos intelectuais, o maior problema para a possibilidade do Brasil se tornar uma nação tão grande quanto seu tamanho. A solução autoritária para os problemas brasileiros era proposta por vários setores da sociedade brasileira, dos tenentes, das camadas médias urbanas e de algumas frações das classes proprietárias que estavam colocadas à parte dos pactos da sociedade política. Além do entendimento de que era preciso a supressão dos regionalismos e empreender a centralização autoritária, para os setores acima, seria preciso conter as movimentações pela esquerda, com seus movimentos operários que disputavam, pelas bandeiras do anarquismo e comunismo, a direção de uma sonhada revolução proletária.

Na Itália, Gramsci aprisionado desde 1926, continua exercendo seu papel de observador do mundo. Seu material, alguns livros que lhe chegava, cadernos e a filosofia da práxis. Dali, Gramsci recupera a história italiana para pensar a ascensão do fascismo. Em sua análise, os intelectuais orgânicos da burguesia, em acordo com os intelectuais tradicionais, para a consolidação dos interesses das classes proprietárias, tiveram grande importância nos desdobramentos da história italiana desde o *Risorgimento*. O fascismo surgiria em meio à tradições católicas italianas e o desapontamento dos *arditti* em relação aos desdobramentos da Guerra que levava a Itália à uma condição de marginalidade nas divisões do *butim* político e econômico pós-conflito. No caso do Brasil, estas forças não se compuseram de forma representativa nem no âmbito da sociedade política e muito menos no integralismo. Os interesses em disputa, em plena crise de hegemonia, no período entre 1930 e 1937 não produziram consenso mínimo, em termos de forças econômicas e políticas, para que se forjasse um esboço conjunto de governo pelas classes proprietárias.

No Brasil, um movimento tipicamente fascista se organizava. Entre as motivações, também desapontamentos e perdas políticas e econômicas, principalmente paulistas. A Ação Integralista Brasileira, criada sob o lema “Deus, Pátria e Família” constituir-se-ia como organização política e sócio-cultural na década de 1930, arregimentando milhares de adeptos e tornar-se-ia o a maior partido de massa deste

⁵ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1949.

período. Em 1935 dispunha de 1123 grupos organizados em 538 municípios e abrigando 1 milhão de filiados, segundo carta de Salgado endereçada a Getúlio Vargas em 1938. A AIB, enquanto Centro Cultural podia abrigar escolas e postos de assistência médica. As sedes municipais ainda organizavam aulas de cultura física, de estudo de problemas nacionais e estimulavam as obras sociais.

O movimento constituiu-se como partido político em âmbito nacional em 1936, colocando-se como alternativa ao pretense avanço do “bolchevismo” do Partido Comunista, cassado desde 1935 devido à tentativa de golpe que levou o nome de “Intentona Comunista”. As armas contra os comunistas seriam a defesa do nacionalismo, capturado através do sentimento e como força positiva da economia social brasileira na luta contra o materialismo histórico. Para Marilena Chauí⁶, a tônica anticomunista seria o argumento para impulsionar a classe média à participação. Contra o comunismo usariam o catolicismo. O nacionalismo seria usado tanto para o ataque ao liberalismo, visto como internacionalizante, e estrangeiro, quanto ao comunismo com suas pretensões de revolução proletária mundial.

Mas, é em torno do conceito de fascismo e o que este representou e representa na memória política mundial durante a vida e sobrevivência do integralismo que os intelectuais e os demais defensores do movimento priorizam a construção da memória integralista. Segundo o argumento dos ideólogos da AIB, a especificidade do integralismo, defendida em relação aos fascismos europeus estaria no substrato espiritualista e democrático do brasileiro que viria dos tempos coloniais. No Brasil não existiria ainda um espírito nacional consciente como o da Itália e da Alemanha. Cumpriria ao integralismo criar aqui a Nação.

Com o mundo e o país em crise, a AIB torna-se possibilidade de servir como porta-voz e elemento congregador de parcela do pensamento autoritário, especialmente o que se baseava nas perspectivas indicadas pela Igreja Católica desde o século XIX, com as encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, do Papa Pio IX e a *Rerum Novarum* de Leão XIII. E, no século XX, a consolidação de uma visão católica sobre a questão social com a encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI, publicada em 1931, dava aos católicos subsídios para apoiarem suas reflexões políticas e sociais no reconhecimento do direito natural dos trabalhadores constituírem associações. A idéia

⁶ CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. op. cit.

essencial contida nas Encíclicas Papais era da necessidade de ordenação e controle das associações de trabalhadores, buscando inseri-las no contexto capitalista, com o objetivo de demarcar aos católicos a ocupação de seus espaços no âmbito do Estado. Para a Igreja Católica, entre comunismo e cristianismo a oposição é radical, mas também, a livre concorrência seria incapaz de consolidar o “bem comum”. Assim sendo, seria preciso a “reorganização da vida social, mediante a reconstituição de corpos intermediários autônomos com finalidade econômica e profissional, criados pelos particulares e não impostos pelo Estado; o restabelecimento da autoridade dos poderes públicos para desempenharem as funções que lhes competem para a realização do bem comum; e a colaboração em plano mundial entre as comunidades políticas, mesmo no campo econômico.”⁷ Estava posto, porém, desde o século XIX, as diretrizes da ação e reflexão dos católicos sobre a questão social. Era preciso, pois, que intelectuais católicos tomassem a frente no sentido de contribuir para organizar a sociedade e doutrinar devidamente o povo.

Como dito anteriormente, o catolicismo brasileiro encontrava seu viés autoritário resguardado pelo Centro Dom Vital. Havia certas ligações ideológicas e mesmo pessoais entre os membros da AIB e do CDV. Porém isto não significava a adesão de lideranças importantes dos seguidores de Dom Sebastião Leme e de Jackson de Figueiredo com o Integralismo. Os integralismos adotaram o fundador da revista *A Ordem* como um de seus principais influenciadores. O nome de Jackson de Figueiredo nomeou alguns Centros Culturais da Juventude⁸, por exemplo.

Na esteira do catolicismo, de cumprimento das metas indicadas pelas Encíclicas Papais, alguns seguidores leigos da Igreja Católica compreendiam que a resolução da questão social passava pela ação política. Assim sendo, se engajavam nas lutas sociais, como até hoje fazem os diversos grupos católicos, tanto da direita, os considerados conservadores, quanto da esquerda, os progressistas. Entre os conservadores, estes lutam, como os integralistas, contra as mudanças instituídas pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II. O XXI Concílio Ecumênico foi aberto quando ainda dirigia a Igreja o Papa João XXIII no dia 11 de outubro de 1962 e terminou sob o Papa Paulo VI, em 8 de dezembro de 1965. Foram três anos de

⁷ Reflexões do Papa João XXIII acerca das Encíclicas publicadas por seus antecessores sobre a questão social In *Mater et magistra – Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João XXIII sobre a evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã*, de 15 de maio de 1961. São Paulo: paulinas, 2001.

⁸ Um dos entrevistados, o Professor José Batista de Carvalho participou como águia-branca do Grêmio Jackson de Figueiredo.

discussão sobre a relação da instituição religiosa com a realidade do homem moderno. Este Concílio abriu a possibilidade de participação da Igreja na organização dos trabalhadores a partir da leitura da Bíblia por um viés considerado, pelos próprios sacerdotes, marxista. Estes seguem a chamada “Teologia da Libertação” que propõe a leitura da vida, do cotidiano, a partir de suas condições materiais. Interpretam a história bíblica tomando como proposta de Jesus Cristo, crítico das condições da vida do povo judeu, a libertação da pobreza e da opressão. Na atualidade a leitura se daria a partir da consciência de que a opressão não seria castigo divino, mas sim, das próprias condições do capitalismo de manutenção da desigualdade social. Quanto à direita, diametralmente oposta a esta interpretação e iniciativa da “esquerda” católica, está a Sociedade de Tradição, Família e Propriedade. Radicalmente contrária aos modelos de organização implantados pelos seguidores da Teologia da Libertação, a TFP combate as Comunidades Eclesiais de Base⁹ que teriam gerado, no processo de discussão das condições de exploração do trabalho e da constatação do problema agrário secular da ocupação das terras brasileiras, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Permanecendo fiel ao Concílio Vaticano I, que durou de 1869 até 1870, sob o papado de Pio IX, os integralistas seguiram o caminho da defesa da fé e da moral. Desta forma, até hoje, se mantém fiéis às linhas deste Concílio do século XIX. Referendando, primeiramente, a orientação divina do movimento integralista, a primeira frase do *Manifesto de 1932* já indicaria essa postura integradora do movimento com o espiritualismo, primordialmente o católico: “Deus dirige o destino dos povos”. Nesse documento, Salgado discorre sobre as suas concepções de Universo e do Homem, sobre o princípio da autoridade, acerca das características específicas do nacionalismo brasileiro. Ele ainda traça linhas sobre a organização do governo integralista e introduz a questão integradora do movimento que determina a não existência, no Estado Integral, de partidos políticos. O tênue ponto de confluência: a defesa de um catolicismo ultra-conservador, tendo com base o pensamento de Tomás de Aquino torna-se o principal argumento para uma aproximação entre o pensamento integralista e o catecismo da TFP na década de 1990.

Retornando aos anos 1930, o período de transição da República Velha para a chamada “Era Vargas”, foi marcado por conflitos que ganhavam maior extensão com a

⁹ Plínio Corrêa de Oliveira, o fundador da TFP, juntamente com Gustavo Antonio Solimeo e Luiz Sérgio Solimeo lançaram em 5 edições, de 1982 a 1983, o livro: *As CEBs... Das quais muito se fala, pouco se conhece – a TFP as descreve como são*. Nele as CEBs e a Teologia da Libertação são ferozmente combatidas consideradas divulgadoras de propostas comunistas. (São Paulo: Vera Cruz, 6ª. Ed. 1983.)

cisão oligárquica, justamente nos momentos de reorganização das alianças entre frações da classe dominante¹⁰. Embora, a chamada “Revolução de 30” alçasse à sociedade política setores da classe proprietária rural, dissidentes em relação ao setor cafeeiro, antes hegemônico, isso não significou a estabilização de qualquer setor na direção do governo nos anos que se seguiram imediatamente. Não se criou condições para os demais setores sociais, articulados ao setor vitorioso de, individualmente, legitimar o novo regime e solucionar a crise econômica, social e política que estava delineada. Em termos políticos, tratava-se de uma crise de hegemonia que, segundo Mendonça¹¹, teria se desdobrado em dois momentos. O primeiro, nos anos 1920 que leva ao fim a hegemonia cafeeira. A segunda crise, iniciada em 1930, estendeu-se até 1937, quando se implantou o Estado Novo, a ditadura varguista¹².

A solução autoritária em 1930, não aplacou os ânimos das frações de classe que lograram participação do novo governo. Por sua vez, os setores retirados de cena da sociedade política, como a liderança paulista, não se contentaram com a margem e exigiam que as decisões governamentais incluíssem as suas participações. A Revolta Constitucionalista de São Paulo, em 1932, foi destes episódios de contestação ao novo governo. Exigia-se Constituição e ordem nacional, e, claro, inclusão dos interesses paulistas nas pautas palacianas.

Ampliando-se o foco para outros setores da sociedade, podia se perceber o descontentamento de frações da classe média urbana e rural, com a crise de hegemonia que se instalara após o episódio de 1930. A aversão à mobilização popular e à desordem, que faziam parte do discurso dos “liberais” brasileiros neste período, também ressoava das falas, assumidamente antiliberais e conservadoras, tanto de parcela das classes proprietárias, quanto de grande parte da população urbana e rural, que optou pelo apoio à reação. Temendo que as mudanças não garantissem autoridade e que envolvessem idéias que consideravam radicalmente opostas à manutenção da composição sócio-cultural brasileira, organizaram-se grupos que se pautavam pelas influências, consideradas por eles alentadoras, de um regime ascendente na Europa, o fascismo.

¹⁰Cf.: MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica. In. LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

¹¹ *idem, ibidem*.

¹² *ibidem*.

Embora não fosse o único movimento a se pautar nas influências fascistas européias¹³, a Ação Integralista Brasileira seria lembrada na nossa história como o mais importante desta corrente autoritária. Por incorporar as características do fascismo, pensadores importantes, como Florestan Fernandes¹⁴, acabaram por considerar o integralismo como um movimento apenas mimético, reduzindo-o à cópia irracional do modelo italiano. No entanto, ainda que sobressaia no integralismo brasileiro a simbologia fascista, demonstrada através das vestimentas e dos rituais de cumprimentos e cerimoniais, a AIB congregou em seus quadros importantes e competentes intelectuais cujo arcabouço teórico embasava de forma bastante coerente sua doutrina. Não se pode negar, também, o potencial de arregimentação do movimento durante os cinco anos de sua existência oficial, que teria reunido cerca de 1 milhão de pessoas, segundo o cálculo do movimento¹⁵.

Proclamando a orientação divina do movimento, a primeira frase do manifesto já indicaria essa forte relação com o espiritualismo cristão, primordialmente o católico: “*Deus dirige os destinos dos Povos*”. Nesse documento, Salgado discorre sobre as suas concepções de Universo e do Homem, sobre o princípio da autoridade e sobre as características específicas do nacionalismo brasileiro. Ele ainda traça as linhas de organização de governo e introduz a questão integradora do movimento que determina a não existência, no Estado Integral, de partidos políticos.

A organização da sociedade, segundo o *Manifesto Integralista*, deveria se fazer em grande escala, pela união das células primeiras (a família, o município, as corporações), produzindo a Grande Família Nacional. O sentido que essa relação familiar daria à organização social seria de equilíbrio conciliatório da sociedade. Nela, harmoniosamente acomodados, estariam o indivíduo, a classe profissional, a coletividade, o Estado e a Pátria. O objetivo último seria a constituição do Estado Integral que faria valer a Quarta Humanidade, ou o Quarto Império.

¹³ TRINDADE, Héglio. *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*. SP/RJ: DIFEL, 1979.

¹⁴ Em prefácio do livro de Gilberto Vasconcellos, Fernandes demonstra essa avaliação e considera o integralismo um movimento acabado. Cf. VASCONCELLOS, G. *Ideologia Curupira: Análise do discurso Integralista*. op.cit.

¹⁵ Esse número foi calculado por Plínio Salgado (não comprovado por fontes) relatado em carta que o Chefe Integralista escreveu para o então presidente da República Getúlio Vargas datada de 28 de janeiro de 1938. O propósito da carta era mostrar ao presidente a importância numérica e ideológica da AIB, que havia, por ordem presidencial, deixado de existir oficialmente a partir da implantação do Estado Novo em novembro de 1937. A reprodução desta carta encontra-se no periódico “Alerta”, n.º 47 (maio/2000) e na publicação do Arquivo Público do Rio de Janeiro sobre o Integralismo. Mesmo que se considere uma certa superestimação nesse cálculo, ele ajudou a pensar o alcance da AIB naquele momento.

Para a análise do movimento, considero a sua reflexão à luz da perspectiva analítica de Gramsci: como *aparelho privado de hegemonia*, e, posteriormente, como parte da sociedade política, organizado como partido. O movimento integralista encontrou-se ativo na disputa na *sociedade civil*, pelo controle dos *aparelhos de Estado*, pela conquista *hegemônica* da *sociedade política* durante seis anos da década de 1930, tendendo suas atividades de resistência ideológica ao antagonismo ao o liberalismo, ao comunismo e a qualquer outra forma de organização que não repousasse sua aplicação nas concepções doutrinária da Chefia Nacional.

A AIB, no contexto de *crise de hegemonia* que sucedeu a chamada “Revolução de 30”, significou a possibilidade de inserção no espaço de luta pelo controle da *sociedade política* de frações da pequena burguesia e classe média urbana e rural anti-liberal que, em *guerra de posição* e *de movimento* organizavam-se e produziam idéias que ganhavam adesões, principalmente pelo apelo católico/fascista anticomunista e anti-semita. O controle do *Estado*, visto de modo ampliado, segundo a acepção gramsciana, como espaço de disputa no qual se interrelacionam no confronto dialético, sociedade civil, sociedade política e infra-estrutura, era pretendido pelos integralistas. Pela via totalitária, a AIB buscava anular uma das bases do tripé do *Estado* com a extinção da sociedade civil, obra amplamente planejada pelos seus intelectuais orgânicos. Ainda que estes dissessem se colocar acima dos conflitos de classe, representavam interesses bem nítidos de caráter econômico que escondiam sob uma face doutrinária espiritual e nacionalista.

A Ação Integralista Brasileira organizou núcleos municipais, regionais e provinciais, assim como representações nacionais nas capitais. Como versava o estatuto, a presença do Chefe representaria fisicamente a sede da Chefia Nacional do movimento. A forte hierarquização mantinha o controle a obediência da militância que aderira de corpo e alma à camisa verde e ao Sigma. O cotidiano seria atingido pela militância. Mesmo os aspectos culturais seriam substituídos na adesão ao movimento, desde a saudação, com o “Anauê!” até relação familiar, tomada pela disciplina militar a qual, inconscientemente, era incorporada nas relações entre pais e filhos. Não só com a uniformização das crianças, mas como no surgimento da necessidade de se “educar civicamente”.¹⁶

¹⁶ Esta relação pode ser percebida pelos relatos dos ex-plinianos, os irmãos Carvalho.

Em *guerra de posição*, a AIB arregimentou maior número de aderentes que a ANL, através do uso massivo de formas de propaganda, com seus jornais diários (que alcançavam os mais longínquos sertões), revistas, panfletos, mas também com ação nas ruas, tanto de intimidação, quanto nas marchas e comícios. Produzindo, no calor dos momentos uma doutrina costurada, como a fascista, nas nuances das necessidades imediatas, a AIB contou, como dito anteriormente, com grande número de periódicos e material de propaganda para difundir suas idéias

Ainda neste período, embora sem participar da sociedade política diretamente, alguns dos membros da AIB marcaram presença no âmbito do poder. Gerais e intelectuais, do governo, “flertavam” com a AIB, concedendo possibilidades para a sua organização. Os núcleos integralistas se responsabilizavam de reunir os jovens militantes, com mais de dezoito anos para exercitarem-se militarmente. Desta forma eram organizadas as milícias, numa tentativa de organização de batalhões como as tropas de assalto do nacional-socialismo alemão, ou os *arditti* do fascismo italiano.

Os milicianos praticavam exercícios militares e muitos deles andavam armados, principalmente no interior do Brasil. Assim, em meio a comícios, tanto integralistas, quanto antifascistas, os milicianos fardados procuravam demonstrar, com uso de violência, a força de sua organização. As marchas, com numerosos participantes uniformizados, obedecendo o ritmo e uma linha hierárquica, davam o tom de ordem. Os comícios, geralmente, tornavam-se palco de guerra. As agressões físicas e mortes eram comuns. O ataque às sedes, ou casas de comunistas, tornavam-se parte do cotidiano da movimentação integralista na busca pela hegemonia. Em contrapartida, os antifascistas, principalmente comunistas, também não davam tréguas aos militantes da AIB em enfrentamentos diários, desde as grandes cidades até aldeias do interior¹⁷.

Na história brasileira é preciso considerar a importante capacidade arregimentadora da AIB e o grau de adesão às suas fileiras. Na década de 1930, num universo de aproximadamente 40 milhões de brasileiros, o integralismo foi um movimento de alcance nacional que reuniu em sua militância um grande número de seguidores.

¹⁷ Episódios como esses são descritos por integrantes, tanto do Partido Comunista do Brasil, quanto da AIB. Os jornais de ambos os movimentos noticiam tais embates. Cada qual com sua versão sobre os episódios.